

Ulysses rejeita forma de cobrar dívida dos Estados

23 NOV 1988
pública

BRASÍLIA — A proposta do Governo de dar tratamento diferente às dívidas dos Estados, dividindo o movimento dos governadores pela rolagem de 90 por cento dos débitos, terá não presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, o mais ferrenho adversário. Ontem, ao tomar conhecimento da proposta do Presidente José Sarney ao Presidente da Comissão de Orçamento da Câmara, Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), Ulysses disse que não acha a medida democrática:

— Só o tratamento igualitário, independente do volume da dívida, define a postura democrática — disse.

A reação de Ulysses Guimarães será respaldada, hoje, pelos Governadores do Rio, Moreira Franco; de São Paulo, Orestes Quêrcia; e de Minas Gerais, Newton Cardoso, principais prejudicados, em reunião a portas fechadas, na casa de Ulysses, antes daquela que contará com a presença de todos os governadores.

A proposta do Governo estabelece que os Estados com dívidas acima de US\$ 500 milhões poderão rolar até 80 por cento do débito, pagando 20 por cento. Nesse caso estão os Estados que lideram o movimento contra essa disposição do orçamento: São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Aos demais Estados, o Presidente Sarney propôs que assim ficasse dividido os pagamentos: aos com dívidas até US\$ 300 milhões, rolagem integral; e aos que devem entre US\$ 300 milhões e US\$ 500 milhões, rolagem de 90 por cento. Essa proposta



Ulysses Guimarães debate com líderes partidários a proposta do Governo

seduz os Estados menores, como já demonstraram os Governadores Tasso Jereissati, do Ceará, e Henrique Santillo, de Goiás.

O Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, considera a proposta uma demonstração de boa vontade do Governo, uma maneira de ceder às pressões dos governadores. Essa, no entanto, não é a interpretação de Ulysses e dos governadores dos Estados com as maiores dívidas.

O Deputado Genebaldo Corrêa, porta-voz do Governador da Bahia, Waldyr Pires, disse que a proposta divide os votos da Comissão de Orçamento, que examina a matéria, e

“quebra a espinha dorsal do comitê dos governadores”. O presidente da Comissão de Orçamento, Deputado Cid Carvalho acha, porém, que deve ser bem recebida a demonstração do Governo de disposição para negociar. Entende que, de qualquer forma, mesmo longe do ideal, o Governo saiu de sua posição linear de exigir pagamento dos 25 por cento.

Uma fonte próxima ao Presidente José Sarney admitiu que a proposta, além de atender aos interesses financeiros do Governo, tem o propósito de dividir o movimento dos governadores, isolando os de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro.